SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.
DOI do preprint publicado: https://doi.org/10.25189/rabralin.v24i2.2389

Karara: da etnografia à documentação linguística

Carmem Anon Brasolin

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

Submetido em: 2025-10-07
Postado em: 2026-06-12 (versão 3)
(AAAA-MM-DD)

Justificativa da versão: Versão final após revisão dos dados e inclusão de sugestões do parecerista, com informações atualizadas sobre os dados da língua e o acervo linguístico

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

KARARA: DA ETNOGRAFIA À DOCUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA

KARARA: FROM ETHNOGRAPY TO LINGUISTIC DOCUMENTATION

Tipo de Contribuição
Relato de Experiência

Carmen Añon Brasolin[1]

RESUMO: Este artigo apresenta os primeiros passos da documentação audiovisual da língua karara, parte do subgrupo Pidjana, família linguística Aruak. A documentação se iniciou com a pesquisa etnográfica sobre os Karara, que habitavam o norte amazônico até o contato forçado por sertanistas do Serviço de Proteção ao Índio em 1962. O contato levou ao rapto de uma família por sertanistas e à interrupção dos laços dos sobreviventes com os demais membros de sua aldeia no igarapé Carará, alto rio Jatapu, no estado do Amazonas. A partir da pesquisa etnográfica e documental, o artigo reúne o que se sabe sobre a língua karara e suas últimas duas falantes conhecidas, para então narrar o modo como uma pesquisa iniciada na antropologia se aliou à documentação linguística. Ao final, resumo os primeiros dados da língua levantados por meio de transcrições fonéticas das elicitações gravadas e as expectativas para a construção do acervo da língua karara no Endangered Languages Archive.

PALAVRAS-CHAVE: Documentação linguística; línguas ameaçadas; etnologia; línguas indígenas; línguas amazônicas.

ABSTRACT: This article outlines the initial stages of the audiovisual documentation of the Karara language, which belongs to the Pidjana subgroup of the Aruak language family. This process began with ethnographic research into the Karara people, who inhabited the northern Amazon until they were forcibly contacted by field workers from the Indian Protection Service in 1962. This contact involved the abduction of a Karara family and the severing of their ties with the other members of their village on the Carará stream, on the upper Jatapu River in the state of Amazonas. Drawing on ethnographic and documentary research, the article compiles what is known about the Karara language and its speakers, before describing how research originating in anthropology was combined with linguistic documentation. Finally, the article summarises the initial data from the phonetic transcriptions of the Karara language carried out during the first fieldwork and outlines the plans for constructing the Karara language collection in the Endangered Languages Archive with the support of the Endangered Languages Documentation Programme.

KEYWORDS: Linguistic documentation; endangered languages; ethnology; indigenous languages; Amazonian languages.

[1] Doutoranda em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Campinas, carmembrasolin@gmail.com, https://orcid.org/0000-0002-0116-7668.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

RESUMO PARA NÃO ESPECIALISTAS: Este artigo apresenta os primeiros passos da documentação audiovisual da língua karara, da família linguística Aruak, a partir de entrevistas com Esese, a última falante fluente conhecida. Seu povo, os Karara, habitavam o norte amazônico até um contato forçado em 1962 pelo Serviço de Proteção ao Índio. O rapto da família de Esese resultou na interrupção do contato com os demais membros de sua aldeia, no rio Carará, afluente do Jatapu, no estado do Amazonas. A partir da pesquisa etnográfica e documental, o artigo reúne o que se sabe sobre a língua karara e seus falantes, para então narrar o modo como uma pesquisa iniciada na antropologia se aliou à documentação linguística em seus métodos e objetivos. Ao final resumo os primeiros dados da língua levantados por meio de transcrições fonéticas de elicitações das gravações da língua e as expectativas para a construção do acervo da língua karara no Endangered Languages Archive, com apoio do Endangered Languages Documentation Programme.

1. Abertura

O ano é 1962 e o igarapé é o Carará, um corpo d'água afluente do rio Jatapu no norte amazônico. Os *karaiwa* subindo o rio – termo para se referir aos não-indígenas – são sertanistas do Serviço de Proteção ao Índio, órgão do Estado brasileiro. Embarcada com seus raptores, uma mulher os acompanha para indicar o local exato da aldeia onde morava, situada na boca do Jatapu. Há pouco tempo, esta antiga moradora das aldeias da região foi levada à força por balateiros que exploravam a mata em busca de borracha e madeira. Alguns meses após sua abdução, os sertanistas realizam uma nova incursão ao igarapé Carará e armam uma emboscada para capturar outros moradores. Espalham malhadeiras no caminho entre as roças e a aldeia e os assustam com o barulho do motor e da pólvora. Em fuga, a maioria dos moradores corre mata adentro e escapa. Alguns não têm a mesma sorte e são capturados na emboscada, amarrados à embarcação e levados à força ao Posto Indígena Santa Maria, no rio Jatapu, a cinco dias de navegação dali. As pessoas raptadas são da mesma família: Takawosà, Ai'e, One'one, Makawaro, Kai'e e Esese. O igarapé Carará, nomeado em razão da abundância da ave biguatinga (*Anhinga anhinga*) na região, passou também a nomear os indígenas que ali mantinham suas aldeias. Desde este fatídico contato forçado, não há registro de outro encontro com os Karara.

Esese narrou esta história como se a cena de um filme se desenrolasse a cada frase. É sua história de vida. Contou-a em sua língua materna em uma das entrevistas que agora compõem o acervo de documentação audiovisual da língua karara.[2] Takawosà, sua mãe, estava

[2] Acervo elaborado por Carmen Brasolin e André Sanches contendo as gravações de áudio e vídeo com entrevistas à Esese, no projeto chamado Documenting the Karara language, acessível em: https://www.elararchive.org/dk0801, acesso em 20 de setembro de 2025.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

grávida de Esese no momento da emboscada, por isso não pôde se desvencilhar das tramas da malhadeira e correr, como fizeram os outros moradores da aldeia. Com elas, seu pai, seu avô paterno, seu irmão e sua irmã também foram raptados. Hoje Esese é a única sobrevivente desta emboscada. Apesar do falecimento precoce de sua mãe, vítima da malária, aprendeu a língua materna com o pai e com o avô, podendo transmiti-la à sua única filha. Elas são as últimas falantes conhecidas da língua karara, e, Esese, sua última falante fluente. Até a iniciativa de documentação linguística aqui descrita, sua língua não havia aparecido em qualquer estudo acadêmico ou levantamento demográfico. Para os próprios falantes da língua karara sua língua se tornou uma incógnita dentro das aldeias de línguas Karib onde viveram o resto de suas vidas. Esese conta que seus outros parentes – com quem perdeu o contato em 1962 – todavia vivem isolados no alto dos igarapés, onde se esconderam após evitar a emboscada dos sertanistas. Por esta razão, ela e sua família costumam afirmar que outros falantes da língua karara talvez ainda vivam na região do Jatapu, embora não os conheça. Em uma região repleta de indícios de indígenas em isolamento voluntário num mosaico de áreas protegidas, esta ressalva não é trivial.[3] Na realidade, isto nos impede de considerá-la derradeiramente a última falante de sua língua, como pareceria evidente. A documentação linguística deve se resignar ao pouco que sabemos sobre os tantos indígenas em isolamento voluntário na Amazônia. Afinal, até um par de anos atrás, a língua karara sequer existia em registros oficiais.

O que se sabe hoje sobre os Karara resulta das memórias de Esese e as memórias de seus familiares, que partilharam com ela como era a vida anterior ao contato. Na memória do pai de Esese, não havia uma palavra para designar o coletivo de pessoas que habitavam suas aldeias, de modo que Karara é um etnônimo alheio que foi aceito a posteriori. Esese investigou ativamente a língua herdada de seus familiares. Por dominar quatro idiomas – karara, português, hexkaryana, wai wai – fez suas próprias comparações. Ao longo dos anos e das itinerâncias entre aldeias, rios e cidades, não encontrou semelhanças entre sua língua e as línguas da família linguística Karib, predominante na região. Em suas viagens a Parintins e Manaus, colocava sua atenção nas línguas indígenas faladas nas Casas de Apoio à Saúde Indígena, sem encontrar, contudo, qualquer similaridade na fala ou no vocabulário. A língua falada por Esese e One'one, seu pai, despertou o interesse de outros coabitantes de suas aldeias. Os chefes Xowyana enviaram áudios de Esese falando o karara para conhecidos seus, falantes da língua kinja.

[3] Na Funai, os estudos e expedições para qualificar as informações na região do Jatapu foram divididos em dois registros: o registro nº 77, dedicado ao alto Jatapu; o registro nº 121, dedicado ao médio e baixo Jatapu. Todos os estudos sobre indígenas em isolamento voluntário na região estão em fase de qualificação.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

Devido à localização da aldeia Karara, na região limítrofe entre a Terra Indígena Waimiri-Atroari e a Terra Indígena Ararà, acreditavam que Esese faria parte dos isolados kinja daquela região. Novamente, no entanto, as comparações realizadas não encontraram qualquer elo do Karara com as línguas da região. Hoje Esese mora na aldeia Kahxe, onde se fala principalmente a língua hexkaryana. Esta aldeia foi refundada no mesmo local onde funcionou a base de apoio do Posto Indígena do Serviço de Proteção ao Índio de 1942 a 1977, para onde Esese e seus familiares foram levados após o contato forçado. Os atuais moradores conhecem a história dos Karara e reconhecem a aldeia como território dos karara*yana*, sufixo empregado por povos Karib do norte amazônico para designar um coletivo, como um povo indígena. A língua materna de Esese se tornou o único elo atual com a história que precede seu rapto quando criança.

As entrevistas iniciais que realizei com Esese eram parte da pesquisa antropológica sobre o histórico de ocupação indígena no interflúvio do rio Jatapu com o rio Nhamundá e Carará e o retorno às suas terras após décadas de seu deslocamento forçado.[4] Conduzi esta investigação por meio de uma parceria com a Associação Aymara, então representante dos povos indígenas do rio Jatapu. A princípio, a pesquisa não contemplava a documentação linguística do karara. A partir dos relatos que abrem este artigo, registrei um vocabulário básico por meio da elicitação da língua, ciente de que isto nunca havia sido realizado antes. A curiosidade que demonstrei sobre a língua de Esese se tornou um vínculo importante para a continuidade da pesquisa. Para ela, a documentação linguística é uma boa oportunidade de seguir fazendo algo que fez durante toda a vida: comparar sua língua materna a outras línguas indígenas e contar a história de seu povo. Isto me levou à decisão de aliar o que então era uma pesquisa antropológica de cunho etnográfico ao trabalho de documentação linguística do karara.

As entrevistas com Esese compõem o acervo de documentação audiovisual *Documenting the Karara language*, abrigado no Endangered Languages Archive (ELAR)[5]. O acervo foi contemplado com a bolsa de documentação emergencial do Endangered Languages Documentation Programme (ELDP) e tem como objetivo realizar gravações com múltiplos propósitos: reunir dados para a identificação e futura descrição da língua; informar a história indígena; registrar narrativas antigas e conhecimentos territoriais indígenas da paisagem entre o rio Jatapu e o Carará; envolver a comunidade falante e não-falante na documentação; permitir

[4] Esta pesquisa resultou na dissertação sobre o tema (Brasolin, 2024).
[5] Documenting the Karara language, acessível em: https://www.elararchive.org/dk0801, acesso em 20 de fevereiro de 2026.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

uma divulgação da história e língua karara ao público mais amplo. O acervo contém vídeos com entrevistas, sessões de elicitação linguística, narrativas estimuladas, entrevistas, biografias e anotações orais, realizadas em 2024 e 2026. Futuramente, as transcrições fonéticas serão adicionadas ao mesmo acervo para possibilitar um estudo descritivo e comparativo. A hipótese inicial levantada durante minha pesquisa de mestrado foi o pertencimento da língua karara à família Aruak, devido à presença histórica na região e alguns cognatos. Com base nas sessões de elicitação divulgadas no acervo em 2024, a hipótese foi confirmada e a língua karara foi identificada como pertencente ao subgrupo Pidjana (Carvalho e Nikulin, 2025).

Neste artigo narro os primeiros passos da documentação audiovisual da língua karara e o que se espera ao aliar a pesquisa antropológica à documentação linguística. Para isto, apresento a investigação da língua, cultura e história do povo Karara. Para situar a interrupção geracional de transmissão da língua, cito os relatos sobre os primeiros contatos com os falantes da língua karara em 1962 e as histórias sobre o trabalho compulsório a que foram submetidos no Posto Indígena Santa Maria como parte da política indigenista do Serviço de Proteção ao Índio. Conto, em sequência, o sentido de documentar uma língua com apenas duas falantes conhecidas, seguindo suas próprias intenções de driblar o apagamento histórico que lhes foi imposto.

Como um primeiro texto de apresentação da pesquisa, trata-se sobretudo de levantar as questões que irão atravessar a documentação audiovisual de uma língua de falantes idosos e transmissão intergeracional interrompida, cujo futuro como uma língua falada é incerto. Embora inéditos e inestimáveis, os registros audiovisuais registrados durante a pesquisa suscitaram algumas questões para além do pensamento preservacionista dos dados documentados. A primeira delas é como alinhar este registro às intenções de Esese: investigar sua língua materna e contar a história dos indígenas que ocupavam o rio Carará nos anos 1960. A segunda delas é qual destino dar ao registro audiovisual para que esteja disponível para a comunidade falante, para outros pesquisadores e para que alcance um público maior, como deseja a comunidade falante. Para além do valor histórico e científico de uma língua ameaçada, a questão que surge é por que e como documentá-la. A proposta é incentivar novas abordagens nos estudos de línguas ameaçadas e novas alianças metodológicas entre a antropologia e a documentação linguística.

2. Karara: histórias de um contato forçado

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

Alguns anos antes da cena narrada no parágrafo de abertura, o primeiro registro escrito de um encontro com indígenas no igarapé Carará (também chamado Cidade Velha) foi publicado por Protásio Frikel, célebre etnógrafo da região das Guianas (Frikel, 1958). O relato de seu informante dizia de "índios andando inteiramente nus" e armados com bordunas que se recusaram a aceitar dos *karaiwa* os terçados deixados como tentativa de apaziguar um conflito anterior. Os balateiros[6] criaram uma desavença quando se aproximaram de suas roças ao descer o rio e delas pegarem alimentos. Na ocasião, foram surpreendidos por estes indígenas e os nomearam Karara. Logo a notícia de indígenas vivendo em isolamento chegou aos sertanistas então trabalhando no Posto Indígena Santa Maria, que, na realidade, funcionava como subposto do Posto Indígena de Atração Jatapu, fundado em 1942. Pouco tempo após este contato inicial, alguns balateiros regressaram e raptaram a mulher karara que eventualmente guiou os sertanistas até a aldeia karara para o rapto da família de Esese.

O subposto em Santa Maria foi fundado no local de antiga ocupação histórica no rio Jatapu, a primeira porção encachoeirada do rio, onde há muito tempo há registros de aldeamento. Em 2003 o local foi retomado para a fundação da aldeia Kahxe. Quando Esese e sua família chegaram, em 1962, o subposto era ocupado por funcionários do SPI. Os Karara foram obrigados a permanecer e trabalhar nos empreendimentos do chefe do Posto Indígena, como ditava o indigenismo estatal da época. O trabalho forçado abrangia desde a coleta de espécies nativas à caça de onça para venda do couro, em moldes não-indígenas de cultivo e extração. Os relatos dos Karara, Okoymoyana e Xowyana que habitaram o posto naquela época são unânimes ao apontar os maus tratos e a violência dispendidos contra os indígenas. Esese lembra que sua família não se adaptou aos costumes dos *karaiwa* – em especial à língua, ao trabalho compulsório e à comida oferecida. A alimentação principal dos Karara era carne de jabuti e *menekàra*, o beiju com castanha-do-pará. Comer a comida dos brancos lhes era custoso e aprender o português também o era. Neste período, Takawosà, sua mãe, contraiu malária e faleceu. A inadequação da família capturada era tão flagrante que, um ano após sua captura e acompanhados por sertanistas, a família de Esese regressou às aldeias no rio Carará. Permaneceram algum tempo à procura dos parentes dos quais haviam se separado na emboscada, aguardando-os nas antigas malocas de sua aldeia. Àquela altura, no entanto, já estavam abandonadas. Em sua memória de criança, diz ter se surpreendido com o tamanho das antigas malocas karara, cobertas de palha até o chão, com apenas uma entrada e repletas de

[6] Termo que se refere aos extrativistas de seiva da borracha.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

grandes peças de cerâmica, deixadas ao lado das fogueiras. Sem encontrar os caminhos por onde seus antigos parentes se esconderam, One'one, decidiu regressar ao posto em Santa Maria com os filhos. Voltaram algumas vezes depois ao mesmo local, de modo que viveram anos entre a antiga aldeia Karara e o Posto Indígena. Nunca reencontraram seus parentes. Em Santa Maria, Esese teve sua única filha, após sofrer violência sexual praticada por um *karaiwa* que trabalhava para o Serviço de Proteção ao Índio. O mesmo ocorreu à Makawaro, irmã de Esese, que faleceu em seguida, vítima de envenenamento.

Ao redor do Posto Indígena Jatapu moravam algumas famílias dos Okoymoyana, Xowyana e Kamarayana, contactados por sertanistas desde 1942. Na década de 1960, missionários wai wai vindos da Guiana chegaram ao rio Jatapu para convidá-los a viver na missão em Kanashen, no rio Essequibo.[7] Alguns abandonaram a região já nesta época. Ao final dos anos 1970, no entanto, o quase abandono do Posto e os maus tratos aos indígenas já havia ensejado a dispersão da população indígena para aldeias mais distantes, à montante. Neste tempo, as invasões dos não-indígenas no rio Jatapu aumentaram e a conivência do Serviço de Proteção ao Índio os deixaram ainda mais vulneráveis à malária e aos conflitos diretos com os balateiros. Em 1977 o Posto Indígena Jatapu e o subposto Santa Maria foram oficialmente fechados em meio ao crescente interesse de exploração hidromineral daquele rio. As famílias que permaneciam nas aldeias da região foram instruídas por Raimundo Nonato Corrêa, então chefe do Posto Indígena Nhamundá, a abandoná-las e se mudarem para a missão em Kassawá, no rio Nhamundá, no Pará. Progressivamente, a maioria das famílias se deslocaram até a aldeia Mapuera, no rio Mapuera, e para Kassawá, no rio Nhamundá, fundada em 1959 pelo Summer Institute of Linguistics. Nesta missão foram evangelizados por seu fundador, Desmond Derbyshire que, além de traduzir a bíblia para a língua hexkaryana, proibiu a pajelança, as narrativas dos antigos e outras práticas consideradas pagãs ou diabólicas. A vida na missão também levou à repressão do uso dos diversos etnônimos carregados por famílias que vinham de diferentes aldeias. Como agora coabitavam a aldeia com antigos inimigos, evitavam apresentar etnônimos que carregavam. Estas circunstâncias levaram à adoção única do etnônimo hexkaryana por décadas, que hoje é contestada nas retomadas dos territórios do interflúvio Jatapu-Nhamundá.[8]

[7] Para um estudo sobre a evangelização dos povos do rio Essequibo e a formação dos Wai Wai, ver Howard (2001).

[8] A vida na missão em Kassawá é lembrada por moradores das atuais aldeias do Jatapu, Kahxe e Kumunyarà, como um período em que se viram impedidos de retornar aos territórios de seus pais, mães e avós, e de contar as histórias das antigas aldeias da região onde surgiram seus etnônimos, Okoymoyana, Kamarayana, Xowyana e Karara (Brasolin, 2024).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

A trajetória de Esese e de sua família é paralela à história dos outros povos indígenas do rio Jatapu até 1982. Paralela porque, em primeiro lugar, os Karara coabitaram o subposto Santa Maria com os sertanistas desde seu rapto, à diferença dos povos de língua hexkaryana que habitavam as proximidades do Posto, em aldeamentos próprios. Em segundo lugar, os Karara se recusaram a abandonar a região na época do fechamento do subposto em Santa Maria em 1977. Os sertanistas, no entanto, ao saber da recusa da família karara, pediram a Candinho Kayewerye, então *tuxawa* de Kassawá que viajasse até Santa Maria para buscá-los. Em 1982, Esese, One'one, Xene'xene e Kai'e acompanharam a expedição dos hexkaryana e chegaram ao rio Nhamundá. Esese costuma repetir que ela e sua família nunca se acostumaram fora da aldeia de onde foram retirados. Contudo, acostumar-se a viver fora do Jatapu, na aldeia missionária de Kassawá para onde foram levados, foi ainda mais difícil. A conversão ao cristianismo foi enfrentada com resistência, pois, segundo ela, vinha com a censura aos costumes que tinha desde pequena, como dançar e cantar. Outra dificuldade na convivência da missão foi aprender as línguas hexkaryana e wai wai. Por sua aparência e língua, sofreu discriminação dentro das aldeias dos povos Karib com quem foi obrigada a viver. Seu pai se casou novamente, contudo, não ensinou a língua karara aos filhos, que até hoje vivem em Kassawá. O irmão de Esese casou-se com uma não-indígena e mudou-se para a cidade.

Ambos, no entanto, faleceram e hoje apenas Esese pode contar a história dos Karara. Esese morou duas décadas no rio Nhamundá, entre a aldeia Kassawá e Jutaí. Manteve durante todos estes anos a intenção de retornar ao rio Jatapu, à Santa Maria, local onde cresceu. Sua intenção era a mesma de antigos moradores das aldeias karib do rio Jatapu que de lá também saíram compulsoriamente. Voltou a morar na aldeia Kahxe (Santa Maria) logo após a retomada dos territórios do rio Jatapu por famílias Okoymoyana e Xowyana em 2003. Sua irmã, filha, netos e bisnetos mudaram-se para a cidade mais próxima da aldeia, a cerca de doze horas de barco. Todos os descendentes de Esese receberam nomes Karara dados por ela, de modo que seus netos levam a alcunha de seu pai, mãe, avô e irmãos.

A história dos Karara não é incomum para quem se familiariza com os relatos de contato forçado entre indígenas e não indígenas, em especial durante a atuação do Serviço de Proteção ao Índio (1910 a 1967). A regra era fazer contato com populações indígenas, aldeá-las em postos de trabalho e assimilá-las à sociedade nacional. Operando sob a lógica de integração e de tutela dos indígenas, ao Serviço de Proteção ao Índio cabia atrair os povos sem contato, 'descê-los' de suas terras (para usar o termo da legislação indigenista colonial) e reuni-los ao redor de um posto no qual trabalhavam para os sertanistas. Na prática, tratava-se de facilitar a

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

expropriação de seus territórios ao provocar seu abandono, de implementar um regime de trabalho compulsório e o abandono de seus costumes tradicionais, desde o modo de cultivo da terra às línguas faladas. Em teoria, o descimento dos indígenas ao Posto Indígena de Atração deveria operar por convencimento. Este foi o processo de atração empregado no Posto Indígena Jatapu, ainda que o maior fator de convencimento para saírem de seus territórios tenha sido a epidemia de doenças trazidas pelos sertanistas, que provocou a morte de aldeias inteiras. No contato com os Karara, como vimos, o Serviço de Proteção ao Índio atuou de modo ainda mais violento, forçando uma emboscada e raptando populações consideradas selvagens.

3. Um fio de história: deslocamentos forçados e trabalho compulsório

Para compreender o contato forçado entre os sertanistas a serviço do Estado brasileiro e os Karara, vale a pena comentar, *grosso modo*, o fio histórico da atuação indigenista que liga as ações do Serviço de Proteção ao Índio às práticas de colonização dos povos indígenas no Brasil. Uma boa maneira de abordar este assunto é lembrar os estudos, como o de Perrone-Moisés (1993; 2021), que apontam os interesses expressos nas leis indigenistas dos primeiros séculos de colonização: tratava-se, sobretudo, de organizar o uso da mão-de-obra indígena por colonos e retirá-los de suas terras, principais interesses da Coroa Portuguesa à época. Tais leis orientavam os colonos a promoverem o contato com indígenas, persuadi-los a "descer" de suas terras para habitar os aldeamentos e a trabalhar nas terras dos colonos em empreendimentos a favor da Coroa. Neste processo, implementava-se o projeto de civilizar os indígenas, ou seja, torná-los colonos sujeitos às leis régias, por meio do trabalho, da cristianização, da adoção da língua e dos costumes europeus. As mesmas leis reconheciam o direito dos indígenas sobre as terras que habitavam, mas, até o século XIX as terras interessavam menos que o trabalho indígena à Coroa (Carneiro da Cunha, 1994). O esvaziamento das terras facilitou sua expropriação imediata ou posterior. Já o aldeamento e a captura das populações que as habitavam visavam garantir mão de obra para colonos e missionários. Os descimentos e o uso do trabalho indígena foram projetos realizados lado a lado por colonos e missionários. Embora o histórico de expropriação de terras, imediata ou posterior ao contato seja de maior conhecimento geral, o trabalho indígena, escravizado ou compulsório, tão importante quanto para compreender a colonização, não o é. Uma breve mirada histórica nos auxilia a compreender o contato forçado com os Karara, séculos depois.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

As leis indigenistas coloniais ampararam o caráter compulsório do trabalho indígena nos aldeamentos e nas terras de particulares e diversas hipóteses legais de escravidão indígena. A hipótese que mais perdurou foi a chamada "guerra justa", na qual indígenas tomados como prisioneiros de guerra indígenas por sua alegada hostilidade aos colonos poderiam se tornar legalmente escravos. Ilegalmente, no entanto, os colonos abusaram de situações para explorarem em regime de escravidão o trabalho indígena.[9] Embora algumas leis coloniais tenham explicitamente abolido a escravidão indígena, como o Diretório Pombalino de 1755, tacitamente ou por revogação posterior, algumas hipóteses de escravidão legal persistiram. É relevante mencionar que o Brasil viveu este processo com imensas disparidades regionais. Mesmo com o declínio de sua legalidade após o Diretório Pombalino, a escravidão ilegal encontrou seu auge no Maranhão e Grão-Pará durante o século XVIII (Perrone-Moisés; Brasolin, 2025).

Para os fins deste artigo, essa rápida retomada histórica busca visibilizar alguns aspectos do trabalho compulsório e escravo de povos indígenas que deixaram suas marcas no contato das populações indígenas com os não-indígenas. Pode-se afirmar que a herança das primeiras leis indigenistas permaneceu nas políticas indigenistas nos séculos XIX e XX. Mesmo após revogação das hipóteses legais de escravidão indígena, pode-se facilmente argumentar que a realidade do trabalho indígena compulsório não se distanciou dos tratamentos anteriores. O trabalho forçado, respaldado legalmente ou não, seguiu como prática de colonização interior, mesmo com o fim do Brasil Colonial. Dando um salto no tempo, a criação de um órgão indigenista em 1910 deixa ainda mais explícita a lógica do trabalho compulsório em moldes europeus como estratégia de integração dos indígenas à sociedade nacional. Seu nome é precisamente Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais, órgão responsável por capturar os Karara em 1962. Seus crimes contra as populações indígenas, entre eles os maus tratos e trabalhos forçados, denunciados no Relatório Figueiredo, em 1967, motivou sua extinção e a criação da Fundação Nacional do Índio.

O aspecto do trabalho compulsório indígena também marca a história de contato com os Karara, cerca de 60 anos atrás, embora jamais tenha figurado em qualquer relatório. A atuação de missionários e sertanistas indica que esta é uma faceta decisiva em todos os relatos dos primeiros contatos entre indígenas e não-indígenas na região. Nas missões, o aspecto compulsório do trabalho indígena era tão presente quanto nos aldeamentos. Os relatos contam

[9] A dissertação de Ribeiro (2019) aborda este tema na Amazônia no século XIX por meio de litígios movidos por indígenas pleiteando juridicamente a própria liberdade ou a de algum parente, como foi o caso de Maria da Conceição que alegou não ter sido capturada em "guerra justa", hipótese legal para a escravidão indígena.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

que indígenas sofriam maus tratos e ameaças, pivô de conflitos com padres e do assassinato de missionários nas margens do rio Nhamundá no século XIX (Porro, 2008). Outro dado, da época de atuação do Serviço de Proteção ao Índio, é sobre Raimundo Nonato Corrêa, o chefe do Posto Indígena Nhamundá, o mesmo que orientou as famílias do Jatapu a abandonarem suas aldeias naquela região. Nonato Corrêa foi afastado do cargo de delegado da 10ª Região da Funai de Boa Vista após responder ao inquérito que o acusava de engravidar uma indígena menor de idade e manter uma mulher hexkaryana como empregada doméstica sem remuneração (Silva, 2023). Relatos como este não cessaram: em 2022 o caso de uma empresa de turismo de pesca usando o trabalho de indígenas nas aldeias do rio Jatapu sem remunerá-los foi denunciado ao Ministério Público Federal do Amazonas.[10] Estas histórias de trabalho compulsório estão mais próximas do que se costuma imaginar.

Os relatos de Esese contam, sob outra perspectiva, uma parte da história da política indigenista brasileira, em especial o longo capítulo sobre o genocídio dos povos indígenas e o desaparecimento de suas línguas. Isto não os impede de marcar uma exceção neste quadro geral. A exceção reside precisamente em ouvirmos esta narrativa em primeira pessoa. Esese ainda está aqui para contar suas histórias e a história dos Karara. São relatos ausentes dos registros oficiais, mas perduram na transmissão oral. Integram um quadro maior das histórias de contato do Estado brasileiro com os povos indígenas, pouco documentado do ponto de vista dos próprios contactados. Isso traz outro aspecto vivido por povos contactados recentemente: o isolamento voluntário não significa desconhecimento sobre a sociedade dos colonos, sobre os brancos. Segundo Esese, seu pai lhe contou sobre a mulher karara raptada antes deles. One'one, pai de Esese, mesmo antes do contato, sabia dos brancos, e sabia do perigo de entrar em contato com eles, algo que os Karara queriam evitar. Para a própria Esese, sua história se manteve parcialmente oculta durante a infância. Soube da captura da sua família apenas mais velha, quando já vivia no Posto Indígena em Santa Maria, onde começam suas memórias. A possibilidade de documentar a história de Esese dialoga diretamente com o direito à memória dos povos indígenas que historicamente ocuparam os territórios no rio Jatapu e no igarapé Carará, que, vale dizer, ainda não estão demarcados. Este comentário histórico serve como lembrete para linguistas, antropólogos e outros pesquisadores documentando com pessoas indígenas a possível contribuição de coletar histórias deste teor para a visibilização dos processos de deslocamento forçado, trabalho compulsório e genocídio.

[10] Conforme o Inquérito Civil n. 1.13.000.001701/2017-17 no Ministério Público Federal do Amazonas. Esta investigação culminou numa ação civil pública articulada durante meu trabalho de assessoria jurídica à Associação Aymara em 2022. As empresas foram condenadas a indenizar as famílias das aldeias Kahxe e Kumunyarà.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

4. Documentando a língua karara

Aprender sobre o trabalho e deslocamentos forçados dos Karara nos ensina sobre a relação dos contatos forçados com o processo de declínio da transmissão da língua karara às gerações atuais, que não são fluentes na língua. Esese transmitiu a língua à filha, mas ambas carregaram o estigma negativo atribuído aos Karara enquanto viveram na aldeia missionária de Kassawá. Em parte isto ocorreu porque os territórios dos Karara eram habitados por povos indígenas considerados inimigos dos povos Karib que habitavam a missão. O multilinguismo característico da região não foi contemplado no trabalho dos missionários do SIL (Summer Institute of Linguistics) que ali atuaram. O paradoxo dos falantes da língua karara, que conviveram por décadas com missionários linguistas do Summer Institute of Linguistics (SIL), é precisamente a língua jamais ter sido registrada. Ao contrário, suprimiram os aspectos que diferenciavam as populações indígenas reunidas na missão. As gerações de descendentes dos Karara hoje são fluentes em hexkaryana e, em alguns casos, português. Na aldeia Kahxe, os Kararayana são formalmente reconhecidos nas reivindicações de demarcação das terras como parte dos povos indígenas que tradicionalmente ocupam os territórios da região do rio Jatapu, mas não há ainda iniciativas relacionadas à revitalização da língua karara.

A esta altura fica claro que os propósitos de documentação da língua karara são diversos, como costuma ocorrer em pesquisas deste teor. A documentação inicial e a pesquisa etnográfica permitiram identificar os diversos temas que atravessam a vida das falantes de karara – temas que seguirão guiando a documentação linguística em suas próximas etapas. Alguns destes temas se relacionam aos costumes próprios dos antigos Karara, ressaltados por Esese como aspectos que os diferenciam dos povos Karíb. Por exemplo, o adereço masculino que seu avô usava era uma cinta na altura do quadril, traçada com cipó, à diferença da amarração masculina típica dos povos hexkaryana. Outro aspecto notado são as canoas karara, escavadas no próprio tronco da madeira de cauda bastante alongada, com a terminação em bico, incomum entre os Hexkaryana. O modo como One'one caçava onças, gritando dentro de grandes cuias para atraí-las aos pares, e mesmo as longas flautas tocadas noite adentro por ele e Ay'e, são descrições de Esese narradas durante uma sessão de elicitação da língua. Há ainda algumas convergências narrativas dos antigos Karara com os Okoymoyana e Xowyana do rio Jatapu, como a narrativas de transformação de gente em onça, em cobra-grande e outros predadores. O trabalho etnográfico, histórico e de documentação linguística se retroalimentam nesta investigação.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

No início de 2026, a documentação linguística da língua karara encerrou a etapa prevista de trabalho de campo e dispôs os vídeos no acervo do Endangered Languages Archive (ELAR), sendo a maior parte aberta ao acesso público e outra parte restrita por questões éticas decididas com Esese. O acervo Karara hoje contém cerca de vinte e duas horas de gravações audiovisuais das sessões de elicitação, narrativas estimuladas, biografias e narrativas dos antigos com anotações orais. Ao final do projeto de documentação em si, a expectativa é disponibilizar as anotações orais das listas de elicitação e narrativas alinhadas ao vídeo e áudio por meio do software ELAN, além de um glossário com o vocabulário inicial, criado com o software FLEX. Com isto, espera-se divulgar entre outros pesquisadores os dados levantados e fomentar o trabalho comparativo de estudo da língua. A transcrição da Lista Swadesh com 207 vocábulos e da Lista de 308 palavras do Emílio Goeldi estão disponíveis no acervo de documentação linguística do karara no Endangered Languages Archive[11].

As análises iniciais a partir destas listas de elicitação de vocabulário básico permitiram confirmar a hipótese levantada durante a pesquisa de dissertação (Brasolin, 2024) do pertencimento da língua karara à família Aruak. Esta consideração levou em conta algumas exceções à predominância de línguas da família Karib nessa porção do norte amazônico. Ao menos cinco línguas desta família são faladas entre os rios Jatapu, Nhamundá, Trombetas e Mapuera: hexkaryana, wai wai, katxuyana, cikyana e tiriyó. As exceções pertencem à família Aruaque: wapishana e mawayana. Há ainda uma língua identificada como isolada, a taruma (Carlins & Mans, 2015). De acordo com o que se sabe sobre a história de ocupação indígena da região etnográfica das Guianas, no norte amazônico, povos Aruaque mantiveram aldeamentos em diversos locais até o século XIX.[12] Embora esta família linguística tenha a maior dispersão territorial entre as línguas indígenas faladas em território brasileiro, sua presença histórica foi um dado relevante para iniciar as comparações da língua karara com outras línguas. A classificação recente por Nikulin e Carvalho (2026) confirmou a hipótese do pertencimento à família linguística Aruak por meio da comparação dos dados elicitados. A tipologia e identificação classificou a língua karara como parte do subgrupo Pidjana, no qual também estão as línguas mawayana, wapishana, parahoana e aroaqui Além da inserção do karara no subgrupo Pidjana da família Aruak, valendo-se dos estudos de Meira (2019), os autores sugerem uma

[11] Brasolin, Carmen & André Sanches de Abreu. 2024. *Documenting the Karara language*. Endangered Languages Archive. Handle: https://www.elararchive.org/dk0801.
[12] Informações retiradas de Rodrigues (1875); Farabee (1942) apud Valentino (2019, p. 6)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

maior proximidade da língua karara aos doculetos Aroaqui e Parahoana, documentados por Johan Natterer entre 1817 e 1835.

Abaixo, alguns exemplos preliminares do léxico básico elicitados a partir da Lista Swadesh 207 e transcritos de acordo com o Alfabeto Fonético Internacional (IPA):

Eu	[híʔæ̃nɨ̰]
Você	[ɾiʔæ̃nɨ]
Ele	[ɾiʔæ̃nɨ]
Ela	[ɾɔʔæ̃nɨ̰]
Nós	[wɛʔæ̃nɨ]
Vocês	[ihitʃɨ̰]
Quem / O quê	[jáʔwɐ̰]
Muito	[ẽʔẽtæʔæ̰]
Pouco	[maɪ̃̃tãʔí]
Um	[aʔwánɨ̀]
Dois	[teɨ̰tːàw̃à]
Três	[áʔwaɾuʔɛtɕɛ́ːkɨ̰]
Quatro	[itɕíkitɕíoɨ̰ʔwà]
Cinco (uma mão)	[ɾʉkaʔɨ́ aoɨ̰ʔɾoɨ̰itɕɨ̰]
Grande	[ʔɨ̃táʔí]
Pequeno	[ʔɔdɛ]
Mulher	[ʔɨ́taka]
Homem	[ʔɨ̃dzáʔɔɾɐ̰]
Gente	[íhitɕí]
Criança	[ʔɨ́jejɔdɛ̃]
Esposa	[ʔwéːsa]

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

Esposa dele	[ʔwɛːz̥áːɾɔ]
Animal	[mãʔíːɛ̨i]
Peixe	[ʊ̀ɪ̀ɲ̀ɪ̀]
Pássaro	[atadə̃ʔɾɨ̥]
Cachorro	[júʔwa]
Vermelho	[ʊwɨsa]
Verde	[w̃aʊwɨsa]
Bom	[já̠ɾ̠ɔ̠]
Ruim	[máʔjá̠ɾ̠ɔ̠]

Tabela 1 – Léxico básico

Os exemplos na tabela mostram algumas características da língua karara, como a diferenciação de gênero na terceira pessoa ([ɾiʔæ̀̃nɨ] / [ɾɔʔæ̃nɨ̥], a nasalização e a ocorrência da oclusiva glotal. Outro aspecto é a formação da negação: [ʊwɨsa] (vermelho) e [w̃aʊwɨsa] (verde, negação de vermelho); [já̠ɾ̠ɔ̠] (bom) e [máʔjá̠ɾ̠ɔ̠] (ruim, negação de bom). Estes dados, é claro, devem ser submetidos ao escrutínio de uma análise mais extensa. Aspectos da tipologia, morfologia e fonologia da língua karara foram descritos em detalhe no artigo de classificação da língua karara, dos linguistas Nikulin e Carvalho (2026). Outras transcrições da língua karara serão objeto da próxima etapa da documentação linguística e de futuras publicações.

O maior desafio para a continuidade da documentação da língua karara e sua futura descrição é o quadro limitado de falantes da língua. A gravação com uma única falante fluente limitou os tipos de eventos comunicativos registrados. Após a realização de sessões de elicitação e narrativas estimuladas, uma das estratégias foi acompanhar a falante em descrições simultâneas de diferentes locais ao longo da aldeia Kahxe – a roça, o porto, o cemitério, os pomares antigos, as antigas aldeias, as corredeiras – enfim, marcos da paisagem que se relacionam às memórias de Esese. Assumindo as duas vertentes da pesquisa – documentação linguística e etnologia – estes eventos comunicativos evocam conhecimentos territoriais compartilhados entre os povos indígenas da região. As sessões de gravação mais apreciadas por Esese eram justamente as que proporcionavam o mergulho nas memórias de infância, relatadas

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

com riqueza de detalhes os costumes de seu pai e seu avô. Nestas sessões de gravação, a elicitação de nomes de toponímias, de fauna e flora ganhavam maior fluidez conforme Esese recorria a algum caso vivido para explicar os vocábulos e frases solicitadas. Esta investigação levou à elicitação de alguns nomes de topônimos, como o próprio nome dado ao rio Jatapu, que difere entre os falantes hexkaryana e karara: Ararà e *Sitahĩ*, respectivamente. Ao narrar estas histórias vividas, a narradora recorria à prosódia e ao estilo narrativo aprendido com seus mais velhos, as sessões de gravação se tornaram mais proveitosas. Ou seja, o modo tradicional de se contar histórias facilitou o propósito de elicitar e registrar diferentes construções gramaticais, além de ampliar a descrição etnográfica do que sabemos sobre os Karara. Este é um exemplo de como a pesquisa etnográfica e a documentação linguística podem entrelaçar-se em uma relação de mútuo benefício, e não tratadas simplesmente como vertentes díspares na tarefa de registrar o conhecimento oral.

A documentação da língua Karara buscou, entre outros objetivos, envolver a comunidade não falante que coabita com os Esese no processo de registro linguístico. As conversas e observações desta comunidade levavam invariavelmente ao mesmo assunto: os indígenas em isolamento voluntário dentro e ao redor da Terra Indígena Ararà. A história de Esese e dos Karara é conhecida por todos os moradores das aldeias da região. Sabe-se que eles foram contactados e retirados à força de locais onde hoje há indícios de indígenas isolados. Nos últimos anos, diversos moradores relataram situações e indícios da presença destes que consideram seus parentes. São caminhos, quebradas e artefatos indígenas abandonados em regiões onde não há aldeias conhecidas. Em ao menos uma situação, um indígena isolado foi avistado coletando frutos de uma cesta. Estes indícios ainda estão em fase de estudo na Funai, mas, para os moradores da aldeia que percorrem estes caminhos diariamente, não há dúvida sobre eles. Uma base de apoio já opera para manter a restrição de acesso aos territórios destes parentes isolados. Um dos meus interlocutores, envolvido nas expedições de coleta de indícios de indígenas isolados na região, solicitou a gravação de algumas frases simples em karara para educar a equipe que acompanha a Funai. A orientação das expedições é precisamente impedir o contato dos parentes isolados com outras pessoas, indígenas ou não indígenas. Contudo, recentemente houve um contato não-intencional entre o funcionário de uma organização não governamental e indígenas em isolamento nas proximidades do rio Uatumã, o que acendeu um alerta na região. A língua e origem destes parentes isolados são temas cotidianos nas aldeias do Jatapu. Esese é vista nas aldeias como parte destes povos que ainda vivem em isolamento na Terra Indígena Ararà e um testemunho da sua ocupação histórica. Em poucas palavras, a

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

documentação da língua karara interessa à comunidade precisamente por sua conexão com o tema dos isolados, que organiza a ocupação do território e a luta por sua demarcação legal.

A iniciativa de documentação audiovisual da língua karara que apresento neste artigo é a primeira de seu tipo. Outras iniciativas de identificar o karara, como vimos, partiram da própria comunidade, falante e não-falante da língua, na tentativa de compreender a origem da família de Esese. Esta consideração é relevante ao se pensar que a iniciativa de estudo de uma língua não é prerrogativa dos pesquisadores acadêmicos e não é inaugurada apenas por pesquisas deste teor. É crucial recuperar os meios e intenções que as comunidades falantes iniciam este processo de investigação para aliá-los aos projetos de documentação que surgem de fora. Isto me leva a outras reflexões sobre os aspectos mais amplos e indiretos da documentação da língua karara, que exponho a seguir.

5. Da etnografia à documentação linguística

Aproveito o relato deste artigo sobre a documentação da língua karara para tecer algumas considerações sobre as motivações que estiveram presentes em trabalhos de teor similar ao longo do tempo. É possível afirmar que o histórico de coleta de dados linguísticos, de artefatos da cultura material e registros da cultura imaterial de povos indígenas é herdeira de uma noção de preservação salvacionista. De um lado, o genocídio destes povos, promovidos durante e após a colonização, dava a certeza de que suas línguas e suas culturas desapareceriam em breve. De outro lado, pesquisadores, etnólogos, colecionadores, linguistas e outros especialistas em campo eram financiados para coletar informações sobre a vida de pessoas e culturas consideradas exóticas e decadentes. Em outras palavras, aos cientistas e especialistas cabia o salvamento formal de culturas à beira da inevitável extinção.[13] Este foi um dos motes, embora certamente não o único, de trabalhos realizados por antropólogos, linguistas e tantos outros pesquisadores de campo. Na prática, o salvacionismo priorizava a coleta de informações e artefatos sem assumir um compromisso de partilha dos resultados com a comunidade. Apesar da extinção destas culturas ter sido considerada evidente, o fato de seguirem existindo colocou em xeque as premissas salvacionistas.

[13] "Isto importaria menos não fosse o fato de as sociedades primitivas, com cujo estudo podemos aprender tanto sobre a natureza do homem e de suas instituições, estarem desaparecendo diante de nossos olhos; em alguns casos, seus povos com elas. Não somos sapateiros ou encanadores sociais, mas homens de ciência sobre quem repousa a responsabilidade de nosso tempo de registrar o que não poderá ser registrado depois de nós." (Evans-Pritchard, 2022)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

A história da língua karara ensina que ainda há muitos capítulos da história indígena por conhecer e, com eles, as complexidades que desafiam as expectativas de preservação de uma língua. A depender dos registros oficiais, por exemplo, Esese e a língua karara sequer existiam. Sendo Esese a última falante fluente conhecida de sua língua, é evidente que o pensamento salvacionista a tomaria como um exemplo de cultura moribunda, à qual caberia apenas a necessidade científica de apoderar-se dos dados antes que estes pereçam. A perspectiva de Esese é outra. Embora se reconheça como a última falante fluente conhecida da língua karara, não necessariamente se diz a última falante. A história de resistência dos Karara que lhe foi transmitida inclui o conhecimento da habilidade do grupo em evitar deliberadamente o contato com os brancos — talvez até hoje. As hipóteses da comunidade sobre a possível existência de outros falantes vivendo em isolamento voluntário impõem à pesquisa outra perspectiva. Por esta razão, a documentação linguística, embora ciente da responsabilidade de registrar a maior gama de dados possível, não partiu das premissas de conservar os dados da língua karara à revelia dos interesses da comunidade. A ideia central era se somar aos esforços já existentes de identificar a língua, ampliar o registro da história dos Karara e proporcionar informações que auxiliam a proteção de seus territórios, como, por exemplo, qualificar os estudos de demarcação ao redor do igarapé Carará e tornar disponível gravações de um vocabulário básico também aos não falantes que convivem com a língua.

O salvacionismo que orientou muitos projetos de documentação pode parecer defasado, mas seus efeitos ainda se fazem sentir. Ainda assim, não faltam exemplos de outras lógicas que motivaram a documentação de línguas ameaçadas. Há um caso pioneiro que aliou a pesquisa linguística, histórica e etnográfica: o trabalho do linguista afro-americano Lorenzo Dow Turner, autor de Africanisms in the Gullah Dialect (1949). Atuando entre comunidades negras do sul dos Estados Unidos, Turner não se limitou à identificação das mais de trinta línguas africanas que compunham o substrato do gullah; sua investigação estendeu-se à esfera das práticas culturais, incluindo registros da culinária, das danças e das expressões musicais que permeavam o cotidiano das populações por ele visitadas.[14] Um episódio particular ocorreu a partir da transcrição de uma canção entoada por Amelia Dawney em 1933. Décadas mais tarde, em 1990, essa mesma canção foi reconhecida como pertencente à língua Mende, falada em Serra Leoa, graças à colaboração entre três pesquisadores que empreenderam um rastreamento minucioso

[14] A trajetória de Turner também passou por Salvador, onde em 1940 pesquisou as línguas fon e yorùbá nos cantos de terreiros do candomblé baiano. As gravações de Lorenzo Dow Turner estão abrigadas no Smithsonian Institution Anacostia Community Museu. Ver: https://libraries.indiana.edu/dow-turner, Acesso em: 15 outubro de 2025.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

de sua origem. Tal esforço culminou não apenas na identificação da matriz linguística da canção, mas também na localização do vilarejo de onde provinha a ancestralidade de Amelia — uma mulher que, segundo se apurou, fora separada de seus familiares ao ser capturada e levada à força para um navio negreiro. A canção, preservada na memória oral, era o elo entre tempos e territórios abruptamente interrompidos e silenciados na história oficial.

Este caso evidencia como aliar o trabalho de documentação linguística à sensibilidade etnográfica permite ir além dos objetivos iniciais da documentação e proporcionar um veículo para o reconhecimento do pensamento nativo que a informa e a justifica. A documentação linguística já é, em si, uma iniciativa importante, em especial se construída com a comunidade falante ou por seus próprios falantes. Com o desenvolvimento das abordagens contemporâneas em documentação linguística — notadamente aquelas que visam à produção de registros multifuncionais em acervos de acesso público (Himmelman, 2006) — observa-se uma crescente implicação entre a qualidade dos dados coletados e os fins a que se destinam. Este aprimoramento metodológico não apenas eleva o padrão de registro do uso efetivo da língua, como também abre caminho para que a documentação linguística se articule a objetivos mais amplos, definidos em diálogo com a própria comunidade falante. Exemplos disto são os registros de canções rituais que, por qualquer razão, são requisitadas pela comunidade ao etnógrafo ou linguista que as registrou. Em tantas ocasiões, o etnógrafo está diante de uma oportunidade única de registrar dados sobre uma determinada língua ou arte verbal. Em tantas outras, é o linguista o único que possui registro de inúmeras manifestações da cultura material e imaterial de um povo. Nesse contexto, a documentação adquire valor estratégico: possibilita a criação de acervos digitais públicos com consentimento da comunidade, viabiliza materiais audiovisuais apropriáveis pelos próprios membros, garante a verificabilidade e fomenta a acessibilidade para contribuições contínuas.

Por fim, o caminho aqui narrado de uma pesquisa entre a etnografia e a documentação linguística evidencia algumas alianças metodológicas possíveis entre as duas práticas. As metodologias de registro, anotação e transcrição, a constituição de acervos digitais e a publicização ética dos dados são métodos da documentação linguística que podem ser aproveitados no campo da antropologia. Na pesquisa antropológica, costumeiramente, a pesquisa e a coleta de dados em campo se voltam ao objetivo da escrita etnográfica e, por meio da descrição densa, disponibilizar informações que permitam comparações mais amplas. Não há, no entanto, um *modus operandi* para a disponibilização de dados primários de uma pesquisa etnográfica – como gravações de vídeo, áudio, registros fotográficos, desenhos, mapas – e eles raramente são disponibilizados à própria comunidade. As metodologias de documentação

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

permitem sistematizar dados mais abrangentes, assegurar sua preservação digital e facilitar o compartilhamento com a comunidade e com outros pesquisadores. As bases da documentação linguística parecem ampliar as possibilidades do estudo etnográfico e documental, facilitando os modos de registrar, transcrever e preservar os dados gerados durante a pesquisa de campo junto à comunidade. No caso da língua karara, a publicização dos registros com o consentimento de sua última falante fluente permitiu colaboração ágil entre diferentes pesquisadores para a sua identificação e o retorno dos resultados da pesquisa à comunidade.

Embora esta aliança entre documentação e etnografia não seja novidade dentro de disciplinas como a antropologia linguística e a historiografia linguística, a descrição de cada caso pode ampliar as representações de como ela ocorre em pesquisas dentro da etnologia e do estudo das línguas indígenas. É uma aliança capaz de fortalecer a preservação da língua, a história indígena, a reivindicação territorial, a tradição oral e a revitalização das manifestações culturais vinculadas ao projeto de documentação. Assim, para além da antiga relação entre antropologia e linguística, este relato se inscreve nos diálogos entre prática etnográfica, coleta de dados em campo, compartilhamento e preservação de registros produzidos no processo de documentação.

Agora que o leitor está familiarizado com a história de Esese e com o projeto de documentação da língua karara, convido-o a conhecer o acervo audiovisual e acompanhar suas atualizações.

Link para *Preprint*

Link: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

Protocolo e Pré-Registro de Pesquisa

Nenhum roteiro aplicável à pesquisa.

Declaração de Disponibilidade de Dados

Dados disponibilizados no ELAR conforme Plano de Gestão de Dados.

Ética

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

Processo número 91816425.0.0000.8142 na Plataforma Brasil aprovado em todas as instâncias do Comitê de Ética.

Fontes de financiamento (se aplicável)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo número 2025/04101-3.

Referências:

AMAZONAS. Ministério Público Federal. **Inquérito Civil n. 1.13.000.001701/2017-17.** 08 agosto 2017.

BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. A missão Summer Institute of Linguistics e o indigenismo latino-americano: história de uma aliança (décadas de 1930 a 1970). **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 47, n. 1, p. 45–85, 2004.

BRASOLIN, Carmen Añon. **Contos de ida e volta memórias hexkaryana de retorno ao rio Jatapu.** Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia, 208 f., 2024.

BRASOLIN, Carmen; André Sanches de Abreu. **Documentation of Karara language. Endangered Languages Archive.** Handle: http://hdl.handle.net/2196/d8d59872-e0d7-4aea-a492-3d7a77296d6f. 2024.

CAIXETA DE QUEIROZ, Ruben. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Trombetas-Mapuera.** Brasília: FUNAI, 2004.

CARVALHO, Fernando; NIKULIN, Andrey. Classificação e descrição preliminar da língua karara (Aruak). **Cadernos de Etnolinguística**. 2025. [submetido].

CARLIN, Eithne B.; MANS, Jimmy. **Movement through Time in the Southern Guianas: Deconstructing the Amerindian Kaleidoscope.** In: CARLIN, Eithne B.; LÉGLISE, Isabelle; MIGGE, Bettina; FAT, Paul B. Tjon Sie (Eds). **In and out of Suriname: language, mobility and identity.** Leiden; Boston: Brill, p. 76-100, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 20, p. 121–136, jan. 1994.

DERBYSHIRE, Desmond C. **Textos Hixkaryâna**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 206 p, 1965.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. Antropologia Aplicada. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 1, p. e192686, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v31i1pe192686. Disponível em: https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/192686.. Acesso em: 18 set. 2025.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13562

HIMMELMANN, Nikolaus P. Language documentation: what is it and what is it good for? In: GIPPERT, J.; HIMMELMANN, N. P.; MOSEL, U. (Org.). **Essentials of language documentation.** Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 1–30.

HOWARD, Catherine V. Wrought identities: the Waiwai expeditions in search of the "unseen tribes" of Northern Amazonia. Chicago: Univ. of Chicago. 2001.

FRIKEL, Protásio. **Classificações linguístico-etnológicas das tribos indígenas do Pará setentrional e zonas adjacentes.** Revista de Antropologia, São Paulo, n. 6, 1958.

MEIRA, Sérgio. A study of the genetic relation between Mawayana and Wapishana (Arawakan family). Revista Brasileira de Línguas Indígenas 2(1). 70–104, 2020. DOI: 10.18468/rbli.2019v2n1.p70-104.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Para conter a fereza dos contrários: guerras na legislação indigenista colonial. **Cadernos CEDES 30**, A conquista da América. 1993.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz, org. **Documentos de legislação indigenista colonial: parte 1: 1500-1700**. São Paulo: Centro de Estudos Ameríndios, 391 p. 2021.

PERRONE-MOISÉS, B.; BRASOLIN, C. A. A escravidão Indígena no período colonial: revisão. **Amazônia e História.** Ignacio Berdugo Gómez de la Torre (coord.) Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 41-55, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.14201/0BB0014. Acesso em: 20 setembro 2025.

PORRO, Antonio. **Notas sobre o antigo povoamento indígena do alto Trombetas e Mapuera.** In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas. Belém: v.3, n. 3, p. 387 – 397. Set – Dez, 2008.

PRADO, Luma Ribeiro. **Cativos litigantes**: demandas indígenas por liberdade na Amazônia portuguesa, 1706-1759. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, Victor Alcântara. **Relatório Antropológico: Terra Indígena Ararà (AM), Baixo Jatapu, Povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana.** Brasília: Finatec, 225p, 2023a.

TURNER, Lorenzo Dow. Africanisms in the Gullah Dialect. Columbia: University of South Carolina Press, 2002 [1949].

VALENTINO, Leonor. **As transformações da pessoa entre os Katwena e os Tunayana dos rios Mapuera e Trombetas**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.